

Em defesa do plástico oxibiodegradável

SEBASTIÃO ALMEIDA

A RECICLAGEM do lixo é um tema prioritário dos países que pretendem reduzir índices de poluição. A discussão se amplia a cada dia, e a mobilização da sociedade se torna o principal aliado dos entes públicos na hora de colocar em prática novas idéias para salvar o planeta.

O Brasil apenas começa a despertar para esse grave problema. Em São Paulo, nossa maior metrópole, a reciclagem deveria ser tratada como uma prioridade de Estado, uma vez que os aterros sanitários vêm sua capacidade se esgotar na mesma velocidade com que a sujeira continua a invadir nossos rios e o litoral.

Aos poucos, algumas questões começam a fazer parte do dia-a-dia das pessoas. O mais recente caso envolve a adoção de sacolas plásticas oxibiodegradáveis no comércio, iniciativa que se espalha pelo país de forma espontânea. Todos sabem que não é a melhor solução. O ideal seria a troca, pura e simples, do material plástico por pano ou papel. Mas, ao menos, um composto oxibiodegradável poderia acelerar em até cem vezes a decomposição de bilhões de toneladas de plástico que ficam repousando no meio ambiente à espera da degradação definitiva —que virá em 300 a 500 anos.

Projeto de lei vetado recentemente pelo governador José Serra na Assembleia Legislativa exigia a adoção desse plástico pelo comércio, oferecendo alternativa ao plástico-filme, que sai hoje do supermercado e só desaparece daqui a oito ou dez gerações.

É necessário continuar convivendo com esse tipo de material se existem outras tecnologias à disposição da humanidade? Claro que não. É por isso que tem causado estranheza a cruzada comandada pelo secretário estadual do Meio Ambiente de São Paulo,

É necessário continuar convivendo com o plástico-filme se existem outras tecnologias à disposição da humanidade? Claro que não

Xico Graziano, contra o projeto de adoção de sacolas oxibiodegradáveis.

Ao contrário do que faz o secretário, não pretendo tratar o tema como questão partidária —estamos falando dos interesses da Terra, e não de um ou outro partido. Só quero que o secretário, em vez de apenas disparar baterias contra inimigos imaginários, resolva o problema. Até agora ele só falou em reciclagem, responsabilidade da sociedade e mudança de hábitos para justificar o veto do governador.

Pior: em vez de oferecer soluções (que deveriam pertencer às preocupações de sua pasta), o secretário continua defendendo argumentos da indústria plástica. Exibe laudos produzidos por órgãos do governo sem embasamento científico e com “ameaças” ao ambiente que ele e seus parceiros da indústria petroquímica gostam de propagar aos quatro cantos.

E, mais grave, esquece de dizer que as partículas oriundas do processo de aceleração provocado pelo aditivo viram água e biomassa após o contato com microorganismos presentes na natureza.

Os exemplos da boa recepção do plástico oxibiodegradável estão aí para quem quiser enxergar.

Na Argentina, uma das maiores redes de supermercados do mundo acaba de adotar as sacolas plásticas produzidas com esse material. Em breve, tenho esperanças de que transfira es-

sa iniciativa para suas lojas em nosso território, repetindo o que países como Inglaterra, Portugal, França e EUA vêm fazendo para diminuir o impacto do plástico produzido sobre aterros sanitários, lagos e rios.

Lá, como cá, não se trata de solução definitiva. Mas de algo capaz de amenizar o impacto da poluição que vem sendo produzida há décadas pelo plástico-filme.

O secretário paulista poderia visitar o Paraná e conversar com seu colega de pasta, Rasca Rodrigues, que vem se empenhando pessoalmente para acabar com o plástico-filme, em colaboração com o Ministério Público.

Nada disso parece sensibilizar Graziano, cuja carreira política sempre esteve associada aos interesses do agronegócio —os quais, com frequência, se opõem aos do meio ambiente.

Mas o pior é que o secretário parece desconhecer os limites entre a coisa pública e o interesse privado. O site que a secretaria mantém na internet não indica quando as “ações” defendidas pelo titular serão colocadas em prática. Porém, abusa ao divulgar artigos do secretário, publicados em diversos meios de comunicação. Muitos deles apenas defendendo pontos de vista de seu partido.

Trata-se de um caso escandaloso de uso da máquina pública que, tenho certeza, será devidamente apreciado pelo Ministério Público do Estado, onde já existe uma representação contra o secretário por ato de improbidade administrativa.

Falar é fácil, secretário. O papel do homem público é transformar idéias em políticas públicas. Não em propaganda pessoal.

SEBASTIÃO ALMEIDA, 50, é deputado estadual pelo PT (São Paulo). Foi o autor do projeto de lei 534/07 (vetado), que obrigava os comerciantes paulistas a adotar sacolas plásticas oxibiodegradáveis.